

OS ESTUDOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL: uma revisão sistematizada

Francinara Silva Ferreira¹
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares²

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão sistemática acerca das Políticas Públicas Educacionais articuladas para a implantação da Educação Integral (EI) na Região Oeste do Pará. Assim, buscou-se analisar produções acadêmico-científicas de discentes que desenvolveram pesquisas de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação/Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA), vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas - HISTEDBR/UFOPA, foram selecionadas 09 dissertações defendidas no período de 2016 a 2020. Os estudos observados discutem Política Educacional, Educação Integral, Educação de Tempo Integral, e apontam que no Brasil, a Educação Integral tem sido alvo de muitas discussões (FERREIRA, 2016; AGUIAR, 2016; SIQUEIRA, 2016; GOMES, 2017, dentre outros), pois apresenta-se ainda como desafio para a comunidade escolar. Essa realidade é evidenciada também no Oeste Paraense, pois constata-se entraves para a promoção da Educação Integral na região, conforme apontam as pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do PPGE/UFOPA.

Palavras-chave: Política Educacional; Educação Integral; Formação Integral.

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia - PGEDA (Associação em Rede - Polo Santarém/Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA), Santarém, Pará, Brasil. Bolsista da Fundação de Integração Amazônica - FIAM/FAPESPA/UFOPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil/HISTEDBR/UFOPA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9468-0662>. E-mail: francinara.sferreira@gmail.com.

²Doutora em Educação pela Unicamp. Professora Titular na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Coordenadora Adjunta do PPGE/Ufopa e do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/Ufopa). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia - PGEDA. É integrante do Fórum de Editores de Periódicos de Educação das Regiões Norte e Nordeste. Vice-presidente da Região Norte da Sociedade Brasileira de Educação Comparada/SBEC (2020-2022). Bolsista CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5915-6742>. E-mail: liliacolaress@gmail.com.

EDUCATIONAL POLICY STUDIES FROM THE PERSPECTIVE OF INTEGRAL EDUCATION: a systematized review

Abstract

This article presents a systematic review about the Articulated Educational Public Policies for the implementation of Integral Education (IE) in the Western Region of Pará. Thus, we sought to analyze academic and scientific productions of students who developed Master's research in the Graduate Program in Education/Federal University of Western Pará (PPGE/UFOPA), linked to the Study and Research Group - HISTEDBR/UFOPA, 09 dissertations defended in the period 2016 to 2020 were selected. The studies observed discuss Educational Policy, Integral Education, Full-Time Education, and point out that in Brazil, Integral Education has been the subject of many discussions (FERREIRA, 2016; AGUIAR, 2016; SIQUEIRA, 2016; GOMES, 2017, among others), as it is also a challenge for the school community. This reality is also evidenced in the West of Pará, because there are obstacles to the promotion of Integral Education in the region, as pointed out by the research developed by the researchers of PPGE/UFOPA.

Keywords: Educational Policy; Integral Education; Integral Training.

ESTUDIOS DE POLÍTICA EDUCATIVA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN INTEGRAL: una revisión sistematizada

Resumen

Este artículo presenta una revisión sistemática sobre las Políticas Públicas Educativas Articuladas para la implementación de la Educación Integral (EI) en la Región Occidental de Pará. Así, se buscó analizar las producciones académicas y científicas de los estudiantes que desarrollaron la investigación de maestría en el Programa de Posgrado en Educación/Universidad Federal de Pará Occidental (PPGE/UFOPA), vinculados al Grupo de Estudio e Investigación - HISTEDBR/UFOPA, se seleccionaron 09 disertaciones defendidas en el período 2016 a 2020. Los estudios observados discuten Política Educativa, Educación Integral, Educación de Tiempo Completo, y

señalan que en Brasil, la Educación Integral ha sido objeto de muchas discusiones (FERREIRA, 2016; AGUIAR, 2016; SIQUEIRA, 2016; GOMES, 2017, entre otros), ya que también es un reto para la comunidad escolar. Esta realidad también se evidencia en el occidente de Pará, porque existen obstáculos para la promoción de la Educación Integral en la región, como lo señala la investigación desarrollada por los investigadores de PPGE/UFOPA.

Palabras clave: Política Educativa; Educación Integral; Formación Integral.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, na Educação Brasileira, ampliou-se a discussão em torno da importância da Educação para a formação integral do indivíduo, dessa forma, essa concepção defende que se deve promover por meio da educação o pleno desenvolvimento do sujeito, tendo em vista a necessidade de impulsionar as potencialidades deste, pois “o ser humano pleno é aquele que se ergue ante a natureza e, ao invés de se adaptar a ela, adapta-a aos seus interesses, ao produzir, a partir do que lhe é oferecido naturalmente, um mundo humanizado” (ROGGENKAMP, 2016, p.227). Assim sendo, é necessário ter foco nas diversas dimensões do sujeito, tais como, a intelectual, física, emocional, social e cultural, buscando promover “uma educação que seja focada no pleno desenvolvimento das potencialidades em um mundo em que estas sejam respeitadas nos contextos específicos em que os sujeitos se encontrem [...]” (MELO, GUARAGNI, ZAZULA, 2016, p.160).

Compreendemos a educação como processo que acontece com o ser humano ao longo de toda a vida e que envolve um conjunto de elementos: cognitivo, afetivo, psicológico, social, biológico, cultural, físico, político, moral, estético, intelectual, ético, espiritual etc. Porém, o processo educativo é um fenômeno complexo, assim como é complexo o ser humano. Determinado ato educativo pode mobilizar um ou mais elementos da formação humana. Porém, justamente por sua complexidade, o processo de formação humana deve ser visto como um *continuum* (PARENTE, 2021, p.2).

Moll (2008) ressalta que é necessária a construção de um campo de debates, com elementos essenciais que nos levem a significar, compreender e constituir práticas de Educação Integral (EI) que efetivamente eduquem integralmente o sujeito. Nessa direção, Gomes e Colares (2019, p.317) apontam em seus estudos

concepções que discutem a formação integral, dentre elas, destacam a Educação Integral

[...] enquanto formação integral do educando e considera que a mesma independente do aumento ou não da jornada escolar tem possibilidade de desenvolver-se quando assume outro caráter, ou seja, o caráter de progressão educacional em seus múltiplos aspectos incluindo o aspecto do cuidado em harmonia com o crescimento, o desenvolvimento e aprendizagem.

Assim sendo, surgem iniciativas de implementação de um modelo educativo, que priorize a formação integral do educando, estas materializam-se por meio da elaboração e implementação de Políticas Públicas Educacionais, que pressupõem a constituição de ações, projetos, programas, com a ampliação de tempos e espaços educativos. Essa materialização de ações do Estado, configura-se como um direito público, que constitui uma

[...] das chamadas políticas sociais formuladas e executadas pelos governos, tendo em vista minimizar a desigual distribuição de riqueza e de oportunidades nas sociedades, resultantes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, quando ele privilegia - na prática - o individualismo e o crescimento econômico, em detrimento da melhoria das condições de vida para o conjunto da população (COLARES, 2005, p. 16).

A importância de políticas públicas articuladas na implantação da Educação Integral, tem sido observada na educação brasileira como meio de garantir o direito dos sujeitos a uma educação de qualidade. Moll (2008, p. 11) afirma que a Educação Integral deve ser vista

como possibilidade real no cotidiano da escola pública brasileira, considerando, de um lado, o financiamento que garante a sua materialidade e, de outro, a necessidade de ressignificação do espaço escolar, para que, com ou sem ampliação de tempo, a integralidade do desenvolvimento humano possa ser garantida.

Nesse sentido, partindo dessas premissas, este artigo objetiva apresentar uma revisão sistemática sobre as produções acadêmico-científicas que analisam as Políticas Públicas Educacionais articuladas para a implantação da Educação Integral na Região Oeste do Pará. Para tanto, busca analisar produções de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA), vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas - HISTEDBR/UFOPA,

foram selecionadas 09 dissertações defendidas no período de 2016 a 2020, que abordam as temáticas Política Educacional, Educação Integral e Educação de Tempo Integral, alinhadas a esta pesquisa.

A análise das produções deu-se em virtude do PPGE/UFOPA, concentrar estudos voltados à educação na Amazônia, caracterizando e contextualizando a realidade dessa região brasileira, por meio de pesquisas ligadas as seguintes linhas: 1) História, Política e Gestão Educacional na Amazônia; 2) Conhecimento e Formação na Educação Escolar e; 3) Formação Humana em Contextos Formais e Não Formais na Amazônia. Quanto ao recorte temporal, estabeleceu-se o período de 2016 a 2020, tendo em vista que identificou-se nesse espaço de tempo pesquisas que discutem temas de interesse para este estudo, como: Política Educacional, Educação Integral e Educação de Tempo Integral. Por conseguinte, este artigo divide-se nas seguintes seções: *Introdução, Políticas Educacionais e a formação integral em questão, A Política de Educação Integral no Oeste do Pará: um olhar a partir da produção acadêmico-científica do PPGE-UFOPA (2016 a 2020) e Considerações Finais.*

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO INTEGRAL EM QUESTÃO

Defendemos a perspectiva que a Educação Integral consiste, a priori, numa concepção compreendida como *a educação que deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões - intelectual, física, emocional, social e cultural, constituindo-se como um projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais*³. Na educação brasileira, o conceito de Educação Integral (EI) vem expandindo-se e adquirindo novos e diversificados significados, estes assumem e carregam consigo características inerentes ao modelo de educação contemplado na instituição escolar que é definido por concepções que norteiam a organização desta, bem como conduzem à realização do trabalho pedagógico.

Nesse tocante, Coelho (2009, p.90), defende que a Educação Integral se caracteriza pela busca de uma formação completa para o ser humano, entretanto,

³ <https://educacaointegral.org.br/conceito/>

pontua que não há uniformidade para o que seria uma “formação completa”, sendo assim, quais pressupostos teóricos e metodológicos a constituem.

Contudo, essa proposta educativa vem sendo requerida nos espaços escolares, em virtude das demandas do século XXI, que impulsionam a formação de sujeitos autônomos e críticos, que possam tornar-se cidadãos ativos na sociedade, e precursores de transformações no mundo contemporâneo. Desse modo, a legislação brasileira vem estabelecendo, conforme determinações do Estado, preceitos legais que orientem a implementação da Educação Integral no ambiente escolar, além do estabelecimento de Políticas Públicas Educacionais que corroborem com esse processo. Assim sendo, vale ressaltar que foi no

contexto marcado pelo discurso da melhoria da aprendizagem e de igualdade de condições educacionais e sociais no país, que a educação em tempo integral voltou a ocupar a pauta dos governos, e apesar de já termos tido experiências de políticas públicas educacionais que visavam à promoção de uma educação em tempo integral desde a década de 1950, podemos dizer que a ampliação do tempo (no sentido de extensão da jornada escolar) nas escolas públicas brasileiras, passa a ser efetivamente prevista na legislação brasileira, somente a partir da década de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/1996, e reafirmada no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172/2001 e no atual Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/14) (GUIMARÃES; SOUZA, 2018, p.146).

Nessa conjuntura, o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), no que se refere a oferta da Educação Integral, a partir da ampliação do tempo escolar, estabelece como meta para o período previsto nessa diretriz legal - oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

A educação integral no Brasil configurou-se como política, inicialmente, em uma conformação pedagógica pautada na formação integral de crianças e jovens da educação básica através da ampliação da jornada escolar. Sua proposta inicial, parte de uma discussão centrada na reconfiguração organizacional dos espaços educacionais, a partir da introdução de atividades extra-turno das unidades escolares participantes deste projeto (CAMARGO; BERNARDES; JEFFREY, 2018, p. 76).

Por conseguinte, apresenta-se no cenário educacional brasileiro, como desafio, a sua efetiva implementação, buscando promover um ensino de qualidade, como direito do indivíduo. Pois, não basta somente ampliar o tempo escolar ou

expandir esse modelo de ensino, instituindo escolas de tempo integral, para desenvolver a formação integral do aluno, é primordial repensar os moldes da Educação que se quer integral. Ratifica-se nas palavras de Gomes e Colares (2019, p. 317) que “o foco da educação integral para a formação integral está predominantemente na qualidade da educação oferecida e não na ampliação do tempo”.

É importante destacar, conforme defende Coelho (2009, p. 90), que é necessário conhecer as proposições sobre Educação Integral, como as do educador Anísio Teixeira, mas também é indispensável refletir sobre as visões sociais que estas engendram, para então

construir concepções próprias de educação integral para as instituições públicas de ensino com essas características, alicerçadas na sociedade em que se inserem e no horizonte de continuidades ou descontinuidades que se pretende construir. Este pressuposto é o que constitui - ou deveria constituir - as políticas públicas no campo educacional, uma vez que elas consubstanciam visões sociais de mundo e apontam para práticas que as efetivem (COELHO, 2009, p. 90).

Em seguimento a essa discussão, lança-se o olhar para o papel do Estado na constituição e implementação de Políticas Públicas em prol da oferta e efetiva promoção da Educação Integral, uma vez que, como aponta Duarte (2004, p.114) este “deve estar voltado ao cumprimento dos objetivos e programas de ação governamentais constitucionalmente delineados (como os direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, dentre outros previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988)”. A autora ressalta ainda que, “a dimensão social do direito somente se realiza por meio da exigibilidade de políticas públicas, o que envolve interesses que transcendem a esfera do indivíduo singularmente considerado” (DUARTE, 2004, p.117).

Partindo dessa compreensão, reitera-se que a ação governamental deve estabelecer medidas que visem o cumprimento do direito social, que devem ser materializadas nas políticas públicas. Assim sendo, identifica-se dentre estas, na educação brasileira, programas indutores da Educação Integral, com vistas a contribuir com a formação integral do indivíduo, como observa-se na Portaria Normativa Interministerial Nº 17, de 24 de Abril de 2007, que institui o Programa

Mais Educação e visa fomentar a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio às atividades socioeducativas no contraturno escolar (BRASIL, 2007). E preceitua,

Art. 1º Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. Parágrafo único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes (BRASIL, 2007, p. 2).

Contudo, apesar das iniciativas, como a citada, o que se observa por meio das realidades evidenciadas nas pesquisas é que a Educação Integral é mais que uma questão de tempo, perpassa por elementos fundamentais para o seu efetivo desenvolvimento, como por exemplo, o financiamento adequado para a estruturação de programas, o que desencadeia desigualdades sociais, tendo em vista que existe considerável disparidade na oferta dessa proposta educativa nas regiões brasileiras, o que incide nos desafios para a sua consolidação no sistema escolar brasileiro, essa reflexão será retomada na seção a seguir a partir das produções acadêmico-científicas de pesquisadores da área de educação.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO OESTE DO PARÁ: UM OLHAR A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA DO PPGE-UFOPA (2016-2020)

Como abordado inicialmente, depreende-se que a Educação Integral é uma concepção de educação pautada no compromisso com o desenvolvimento integral dos sujeitos. Assim, deve estar comprometida com a formação do humano em sua multidimensionalidade, e precisa buscar estratégias para garantir a este uma educação de qualidade. Entretanto, sua efetivação ainda encontra entraves, pois de acordo com os dados do Anuário da Educação Básica (2021, p.58):

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

Com base nesse pressuposto, considera-se relevante observar como a Política Pública de Educação Integral vem se estabelecendo no Oeste do Pará, tendo em vista que a Região Norte, ainda é tratada de forma desigual em comparação as outras regiões brasileiras. Nessa perspectiva, apresenta-se uma revisão sistemática acerca das Políticas Públicas Educacionais articuladas para a implantação da Educação Integral na Região Oeste do Pará.

Assim, primeiramente, realizou-se o levantamento online⁴ de produções acadêmico-científicas de pesquisadores que desenvolveram estudos no PPGE/UFOPA, foram selecionadas 09 dissertações defendidas no período de 2016 a 2020. Os estudos observados discutem Política Educacional, Educação Integral, Educação de Tempo Integral, demonstrados no Quadro de número 1.

Quadro 1 - Produções acadêmico-científicas (Dissertações) que articulam a implementação da Política de Educação Integral na Região Oeste do Pará de 2016 a 2020

Ano	Título	Autor (a)
2016	Educação de tempo integral em Santarém: Ações da secretaria municipal de educação no período de 2008 a 2014.	Gerusa Vidal Ferreira
2016	Educação em tempo integral: estudo da trajetória do Programa Mais Educação (PME) nas escolas estaduais de Santarém/PA no período de 2009 a 2015.	Maria Sousa Aguiar
2016	O Programa Mais Educação: concepções e desafios para a gestão escolar.	Adriana Oliveira dos Santos Siqueira
2017	A Educação Integral e o Programa Ensino Médio Inovador-Proemi: singulares desta política em uma escola estadual.	Tânia Castro Gomes
2018	O lugar da biblioteca na escola de tempo integral em Santarém/PA.	Raimundo Solano Lira Pereira

⁴ Site do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE/UFOPA - <http://www.ufopa.edu.br/ppge/>

2019	O estado do conhecimento sobre Educação Integral nas dissertações do PPGE/UFOPA de 2016 a 2018.	Nirlanda Figueiredo da Silva
2019	Programa de fomento à Educação Integral no ensino médio: análise da implantação na rede estadual do município de Santarém/PA.	Eli Conceição de Vasconcelos Tapajós Sousa
2019	Educação Integral: análise da implementação das políticas educacionais para cumprimento da Meta 6 do PME de Santarém/PA.	Talline Luara Moreira Melo Oliveira
2020	Políticas educacionais: ações indutoras de Educação Integral na rede municipal de Belterra/PA.	Lília Travassos de Sousa

Fonte: Elaborado pela autora (2021) a partir do site⁵ do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFOPA.

A produção científica de Ferreira (2016), intitulada “Educação de tempo integral em Santarém: Ações da secretaria municipal de educação no período de 2008 a 2014”, objetivou identificar as ações da Secretaria Municipal de Educação de Santarém - Semed, para o atendimento aos princípios e orientações das políticas nacionais de Educação Integral. A autora concluiu que os “resultados mostram a existência de duas estratégias de ampliação do tempo escolar no município: escola de tempo integral e o aluno de tempo integral, sendo esta última a mais utilizada pela Semed para atender a realidade financeira do município” (p.8). Afirma ainda, “que as estratégias da Semed constituem ações, ou seja, políticas de governo de educação de tempo integral, na medida em que os projetos para esse fim enfraquecem ou desaparecem na medida em que ocorrem mudanças de governo” (p.8). Isto pode ser ratificado conforme os estudos de Dias (2012, p. 112) acerca das políticas e suas demandas, pois afirma que “Por não haver fixidez permanente nos processos políticos e na produção de políticas, existe também uma significação indefinida ou flutuante na representação das demandas que deve ser identificada nos textos curriculares”.

Aguiar (2016), na dissertação “Educação em tempo integral: estudo da trajetória do Programa Mais Educação (PME) nas escolas estaduais de Santarém/PA no período de 2009 a 2015”, aborda a temática da educação em tempo integral,

⁵ http://www.ufopa.edu.br/ppge/index.php?option=com_content&view=article&id=215:turma-2016&catid=42:dissertacoes&Itemid=190

destacando o Programa Mais Educação (PME) como uma política indutora de educação integral e analisou a trajetória do PME em duas escolas estaduais de Santarém.

A pesquisa revelou que otimizar o tempo do aluno na escola, atendendo as suas diversas habilidades, competências e conhecimentos exigidos na contemporaneidade continua sendo uma tarefa desafiadora para as escolas da rede estadual de ensino de Santarém. A educação integral na perspectiva de formação emancipadora do homem, independente da forma como ela se desenvolve, seja em tempo parcial ou integral, é um compromisso que deve ser assumido pelo Estado como política destinada a todos, e pelas escolas, agentes e parceiros educativos sustentado por um Projeto Político-Pedagógico consistente, elaborado de forma coletiva, o qual requer investimentos na estrutura das escolas, formação e valorização dos educadores (AGUIAR, 2016, p. 9).

A pesquisa “O Programa Mais Educação: concepções e desafios para a gestão escolar” de Siqueira (2016) analisa concepções e práticas de educação integral e sua implicação nas ações dos gestores de escolas que desenvolveram o Programa Mais Educação, da Rede Municipal de Ensino de Santarém/PA, e de acordo com a autora, permitiu verificar “que os gestores escolares têm pouca ou nenhuma clareza sobre as concepções de educação integral que norteiam suas práticas, além de revelar pouco conhecimento sobre os fundamentos teóricos que orientam o Programa Mais Educação” (p.8), assim como, “demonstrou a necessidade latente de se estabelecer o debate nos espaços escolares sobre a educação integral e as práticas de gestão democráticas, na perspectiva de uma educação emancipatória para as escolas na Amazônia” (p.8). Essa discussão permitiu verificar como a gestão das escolas de Santarém/PA, na região amazônica, organizam-se frente à Política de Educação Integral, e os desafios que se evidenciam nesta.

A dissertação “A Educação Integral e o Programa Ensino Médio Inovador-Proemi: singularidades desta política em uma escola estadual” de Gomes (2017), objetivou analisar o Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI implementado em uma escola estadual em Santarém/Pará. Ao final da pesquisa, a autora identificou

[...] disparidades entre a concepção de educação integral e educação em tempo integral na escola estudada. Sobre as ações pedagógicas desenvolvidas no ProEMI, observamos, na investigação, que as orientações sobre a efetivação do programa não condizem com realidade encontrada na implantação no que se refere ao assessoramento técnico, pedagógico e financeiro; à garantia de execução dos projetos originados na demanda da comunidade escolar; à obrigatoriedade em compreender a coexistência do

ProEMI e PJF em suas concepções e metodologias distintas; e à necessidade de organização pedagógica da escola em turno parcial para atender propostas de um currículo interdisciplinar (GOMES, 2017, p.9).

Pereira (2018), intitulou sua pesquisa como “O lugar da biblioteca na escola de tempo integral em Santarém/PA”, com enfoque para o cenário de uma escola de tempo integral, “contextualiza as mudanças recentes ocorridas na escola pública brasileira com a proposta do Governo federal de Educação Integral e da implantação da escola de tempo integral” (p.8). E considerou que,

A pesquisa revela significativo distanciamento entre a legislação sobre a biblioteca, a previsão estabelecida nos documentos municipais e escolares analisados e a realidade concreta da biblioteca estudada, exigindo, assim, ações mais efetivas da Secretaria Municipal de Educação para que o espaço funcione como efetivo recurso educacional que amplie as oportunidades de aprendizagem pretendidas pela proposta dominante de educação integral e pela ampliação da jornada escolar, tendo ainda sentido para os usuários e maior envolvimento nas ações da escola (PEREIRA, 2018, p.8).

A pesquisadora Silva (2019), em sua dissertação “O estado do conhecimento sobre Educação Integral nas dissertações do PPGE/UFOPA de 2016 a 2018”, apresentou o estado do conhecimento, elencando as pesquisas da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, realizadas no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica - PROCAD, que “versam sobre políticas indutoras de educação integral, das quais se destacam o Programa Mais Educação - PME (BRASIL, 2007) e o Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI (BRASIL, 2009)” (p.8). A autora ressalta os resultados obtidos, e acrescenta “embora haja discussão relacionada à temática da educação integral, ainda existem concepções que não estão de acordo com suas premissas” (p.8). E as pesquisas revelam também que [...] “embora se tenha obtido avanços, no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual dos alunos, ainda há necessidade de ajustes, sobretudo, no que se refere à concepção do que seja educação integral” (p.8). Enfatiza ainda,

a importância de se considerar o contexto no qual estão inseridos e que, a região Oeste do Pará contém especificidades, tais como, as dificuldades de deslocamento para algumas áreas e precariedade na estrutura física das escolas; fatores que devem ser considerados. Tendo em vista esses aspectos, as pesquisas descritas são de suma importância para a ampliação do debate sobre educação integral, tendo em vista que, os envolvidos não têm clareza de suas concepções (SILVA, 2019, p.8).

Corroborando com os estudos sobre a Política de Educação Integral, Sousa (2019) traz a pesquisa “Programa de fomento à Educação Integral no ensino médio: análise da implantação na rede estadual do município de Santarém/PA”, analisou “a implantação do Programa de Fomento à Educação Integral como política pública de ensino médio integral (EMI), no contexto da reforma do ensino médio, a partir da Lei 13.415/2017, na rede pública estadual do município de Santarém/PA” (p.11). E a partir dos resultados obtidos, concluiu que,

falta maior compreensão do programa, uma vez que as políticas públicas implementadas necessitam de estudo e acompanhamento permanente por parte de todos os envolvidos no processo de implantação e que a proposta para a rede estadual de ensino não contempla os anseios e necessidades das escolas e dos alunos (SOUSA, 2019, p.11).

Oliveira (2019), apresenta a pesquisa intitulada “Educação Integral: análise da implementação das políticas educacionais para cumprimento da Meta 6 do PME de Santarém/PA”, traz uma análise sobre “a implementação da política indutora de educação integral (Meta 6- PME), com centralidade nas ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santarém/PA, no período de 2015 a 2018” (p.8). A pesquisa permitiu o alcance dos seguintes resultados, como afirma a autora,

a SEMED desenvolve dois moldes de ampliação da jornada escolar: alunos em tempo integral por meio de programas federais, objetivando a complementação da formação no contraturno escolar, inicialmente com o Programa Mais Educação e posteriormente com o Programa Novo Mais Educação, além de possuir as escolas municipais de atendimento complementar: Escola da Floresta, Escola de Educação Ambiental do Parque e a Escola de Artes Prof. Emir Hermes Bemerguy; e possui duas escolas de tempo integral: Escola de Tempo Integral Frei Fabiano Merz, na região urbana e Escola de Tempo Integral Irmã Dorothy Mae Stang, na região de campo. E sobre o Plano Municipal de Educação de Santarém estabeleceu-se na Meta 6 que concerne sobre à educação em tempo integral dez estratégias, sendo que cinco estratégias foram consideradas realizadas, porém, essa Meta ainda é um desafio para sua consecução, tanto no âmbito nacional como no município de Santarém, sobretudo, por conta da condição estrutural das unidades escolares da rede municipal, bem como pela falta de recursos para fazer as adequações nas escolas e atender os alunos, assim como também pela falta de construção novas escolas no município, aparelhadas para a oferta da educação em tempo integral (OLIVEIRA, 2019, p.8).

Em contrapartida, Sousa (2020), aborda as “Políticas educacionais: ações indutoras de Educação Integral na rede municipal de Belterra/PA”, e de acordo com os resultados obtidos pondera que “a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) do município de Belterra, não desenvolveu ações locais de Educação Integral, mas, implementou políticas educacionais do governo federal tais como o Programa Mais Educação (PME) em 2012 e a partir do ano de 2016 do Programa Novo Mais Educação (PNME)” (p.9). Explicita ainda, quanto aos resultados da pesquisa que,

Percebeu-se a importância das escolas constituírem conselho escolar, transformando-o em uma Unidade Executora (UEX), a fim de receber os recursos transferidos pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para os programas indutores de Educação Integral, e que a continuidade dos recursos destinados as escolas está intrinsecamente ligada a adimplência nas prestações de contas anuais. Outro fator identificado foi o atraso no repasse das verbas para a execução do PME e PNME, ocasionando paralização, mesmo que temporária, das atividades cujo objetivo principal é melhorar a aprendizagem dos estudantes com baixo desempenho escolar e com vulnerabilidade social, mediante a ampliação do currículo escolar e do tempo de permanência na escola. Apesar da Educação Integral não estar intrinsecamente ligada a extensão do tempo escolar, evidenciamos que para melhor efetivá-la devemos pensar em uma ampliação de tempos e espaços de formação, considerando o tripé formador da Educação Integral: Currículo, tempo e espaço (SOUSA, 2020, p.9).

Por fim, como pode-se observar no quadro exposto, acerca das dissertações dos discentes do Mestrado em Educação do PPGE/UFOPA, identificou-se 3 pesquisas do ano de 2016, 1 de 2017, 1 de 2018, 3 de 2019 e 1 de 2020, totalizando 9 pesquisas sobre as temáticas em estudo. Estas contribuíram com o mapeamento da Política de Educação Integral na região Oeste do Pará, por meio de análises do Programa Mais Educação, Programa Ensino Médio Inovador-Proemi e ações em escolas de tempo integral, realizando assim a contextualização dessa proposta educativa, assim como, explicitando dificuldades, desafios e entraves para a sua efetiva implementação nos municípios pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões presentes neste estudo, nota-se que as diferentes concepções que norteiam a Educação Integral, bem como a falta de conhecimento acerca dela, podem afetar diretamente a educação que se tem ou que se almeja

alcançar, e que a ausência ou mal direcionamento das Políticas Públicas Educacionais incidem sobre as evidentes desigualdades sociais existentes na conjuntura atual.

Vale ressaltar que a descontinuidade das políticas públicas traz imensos prejuízos a educação, como ocorre devido às mudanças de governo que por vezes desencadeiam o enfraquecimento ou o desaparecimento das políticas de Educação Integral (FERREIRA, 2016), por exemplo, inicia-se um programa que deve incidir sobre a promoção da educação integral se este não tem continuidade na unidade escolar, interrompe-se o processo que implica negativamente na aprendizagem do aluno, fato que vem ocorrendo com programas indutores da Educação Integral como o PME e ProEMI em regiões brasileiras, como a região Norte.

Dessa forma, as discussões levantadas mostram-nos que a existência da Política Pública como direito individual e coletivo, torna-se crucial para a resolução das demandas da sociedade contemporânea, o que envolve, principalmente, novas formas de pensar as políticas públicas sociais que podem transformar um cenário formado ainda por muitas desigualdades. Assim sendo, é preciso continuar lutando em prol de melhorias na educação brasileira, desse modo, é necessário que "não nos desarmemos em tempos insatisfatórios. A injustiça social ainda precisa ser combatida. O direito à educação não vai melhorar sozinho" (ARROYO, 2015, p. 48).

Em suma, conforme indicado no quadro 1, desde os títulos das dissertações desenvolvidas no PPGE/UFOPA, nota-se que estes sintetizam os temas das pesquisas, com enfoque para os municípios do Oeste Paraense, como Santarém e Belterra, e nos trazem um delineamento da realidade educacional vivenciada pelos sujeitos dessa região quanto à implementação da Política Pública de Educação Integral, evidenciando que é essencial promover mudanças na proposta educativa, que apresenta-se ainda como uma política incipiente para o cenário educativo do Oeste do Pará.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Sousa. *Educação em Tempo Integral: estudo da trajetória do Programa Mais Educação (PME) nas escolas estaduais de Santarém/PA no período de 2009 a 2015*. Dissertação, Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2016.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Todos pela Educação: Moderna, 2021. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Anuario-Educacao-WEB-2021.pdf>. Acesso em: 05 de Dez. de 2021.

ARROYO, Miguel González. O Direito à Educação e a Nova Segregação Social e Racial - Tempos Insatisfatórios? *Educação em Revista*, Vol. 31, Número 3. Belo Horizonte, Julho/Setembro/2015.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação - PNE*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 05 de Out. de 2021.

BRASIL. *Portaria Normativa Interministerial Nº 17, de 24 de Abril de 2007*. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: 15 de out. 2021.

CAMARGO, Jaqueline da Conceição; BERNARDES, Mariane Eduarda; JEFFREY, Débora Cristina. Educação Integral e as experiências estaduais: uma análise da constituição de redes políticas. In: COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; JEFFREY, Débora Cristina; MACIEL, Antônio Carlos (Orgs.). *A educação integral como objeto de estudo: mais que um tempo... além dos espaços*. Santarém, Pará: UFOPA, 2018.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. História(s) da educação integral. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2420/2159>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. *As Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2005.

DIAS, Rosanne Evangelista. Protagonismo de Sujeitos e Grupos nas Políticas Curriculares. *Revista Periferia*, v. 4, n. 1, jan-jul, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/8409/6232>. Acesso em: 21 de fev. 2022.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito Público Subjetivo e Políticas Educacionais. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2): 113-118, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/RNxzrfZJ5H5HTnBVJFNH3vx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de agos. de 2021.

FERREIRA, Gerusa Vidal. *Educação de Tempo Integral em Santarém: ações da secretaria municipal de educação no período de 2008 a 2014*. Dissertação, Mestrado

em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2016.

GUIMARÃES, Keila Roberta Cavalheiro; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. Educação Integral em Tempo Integral no Brasil: algumas lições do passado refletidas no presente. *Revista Exitus*, Santarém/PA, Vol. 8, N° 3, p. 143 -169, Set/Dez, 2018. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/642/397>. Acesso em: 20 de fev.2022.

GOMES, Tânia Castro. *A educação integral e o Programa Ensino Médio Inovador ProEMI: singularidades desta política em uma escola estadual*. Dissertação, Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2017.

GOMES, Tânia Castro; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Política de Educação Integral em Tempo Integral: a perspectiva dos professores. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista -Bahia -Brasil, v. 15, n. 31, p. 313-332, jan./mar. 2019. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4675/3676>. Acesso em: 18 de fev. 2022.

MOLL, Jaqueline. PGM 1 - Conceitos e Pressupostos: o que queremos dizer quando falamos de educação integral? In: *Educação Integral*. Salto para o futuro. Ano XVIII boletim 13 - Agosto de 2008. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://www.ufrgs.br/projetossociais/Biblioteca/4_TV_Escola_Educacao_Integral.pdf. Acesso em: 10 de Nov. 2021.

MELO, Alessandro de; GUARAGNI, Mariana Prado; ZAZULA, Marielle. Trabalho e Educação a partir de uma Leitura do Marxismo de Moisse Postone. In: SCHLESENER, Anita Helena; MASSON, Gisele; SUBTIL, Maria José Dozza (Orgs.). *Marxismo(s) e educação*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

OLIVEIRA, Talline Luara Moreira Melo. *Educação integral: análise da implementação das políticas educacionais para cumprimento da Meta 6 do PME de Santarém/PA*. Dissertação, Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2019.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Políticas Públicas: possibilidades e potencialidades da educação integral. *Revista Exitus*, Santarém/PA, Vol. 11, p. 01 - 14, e020180, 2021. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1755/1041>. Acesso em: 19 de fev. 2022.

PEREIRA, Raimundo Solano Lira. *O Lugar da Biblioteca na Escola de Tempo Integral em Santarém/PA*. Dissertação, Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação

em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2018.

ROGGENKAMP, Carla Irene. Arte e Educação no Contexto Capitalista. In: SCHLESENER, Anita Helena; MASSON, Gisele; SUBTIL, Maria José Dozza (Orgs.). *Marxismo(s) e educação*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

SILVA, Nirlanda Figueiredo Da. *O estado do conhecimento sobre educação integral em tempo integral nas dissertações do PPGE/UFOPA de 2016 a 2018*. Dissertação, Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2019.

SIQUEIRA, Adriana Oliveira dos Santos. *O Programa Mais Educação: concepções e desafios para a gestão escolar*. Dissertação, Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2016.

SOUSA, Eli Conceição de Vasconcelos Tapajós. *Programa de Fomento à Educação Integral no Ensino Médio: Análise da Implantação na Rede Estadual do Município de Santarém/PA*. Dissertação, Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2019.

SOUSA, Lília Travassos de. *Políticas Educacionais: ações indutoras de educação integral na rede municipal de Belterra/PA*. Dissertação, Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2020.